

14MAR 2000

DF - Cidade Estrutural

CORREIO BRASILIENSE

# Sem transporte para ir à escola

Anderson Schneider

*Alunos que moram na Estrutural têm que andar oito quilômetros ou pegar carona para chegar ao colégio no Guará*

Marcelo Rocha  
Especial para o Correio

**E**studar exige dedicação. Acordar cedo, correr para o colégio, assistir aula, fazer prova, trabalhos... Para alguns, a história termina por aí. Para outros, o esforço vai além. É o caso das amigas Eudália, Graciana, Elisângela, Jaqueline, Valdinere, Sanlene, Andréa e Nitielma. Diariamente, elas precisam "fazer das tripas coração" para terem o direito à educação.

As oito meninas moram na Estrutural. Como lá não existem escolas, a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDE) matriculou os estudantes nos colégios do Guará. São aproximadamente, segundo dados da própria Fundação, dois mil alunos, nos turnos matutino e vespertino. Por falta de transporte público coletivo que atenda à região, os estudantes fazem o trajeto em 30 ônibus especiais, oferecidos pela FEDE.

O que aparentemente seria solução, tornou-se problema para os que cursam o segundo grau. O transporte feito pela Jovem Turismo, empresa vence-

dora, em 1999, de licitação pública, é um benefício exclusivo para os alunos de 1ª à 8ª série. Isso porque o pagamento do serviço é feito com o salário-educação, verba repassada pelo Ministério da Educação (MEC) voltada, exclusivamente, para o ensino fundamental.

Para o ensino médio — caso das oito meninas e de mais 82 estudantes —, nada de ônibus. Assim, chegar à escola passou a ser uma incerteza na vida desses alunos. A saída tem sido forçar a "barra" e embarcar junto com as crianças. "Nem todo dia a gente consegue vaga", reclama a aluna do segundo ano Graciana B. da Silva, 21 anos. Descolar um cantinho, aliás, tornou-se até motivo de constrangimento. "O fiscal sobe no ônibus para tirar a gente", diz ela.

No único ponto de ônibus da Estrutural, existe um fiscal da Divisão Regional de Ensino (DRE) do Guará para controlar o embarque dos estudantes. No fim da aula, alguns diretores de escolas também têm feito a fiscalização. "Até no chão, atrás dos bancos, eu já tive que me esconder para não perder aula",



*Quando não conseguem embarcar no ônibus das crianças, as alunas vão a pé ou pedem carona na DF-087*

diz Valdirene Santana da Silva, 18 anos, também do segundo ano. Mesmo com toda a dificuldade, ela se orgulha de não ter uma falta sequer.

## FACULDADE

Os sonhos das oito amigas são como os sonhos dos demais estudantes. Elas querem estudar, completar o segundo grau, ingressar na faculdade. Algumas, inclusive, estão participando do Programa de Avaliação Seriada (PAS). Caso de Valdirene, que pretende cursar Matemática. Quer ser professora.

O fato é que não tem sido fácil perseguir tal objetivo. "Levei o problema deles à DRE no ano passado e não apresentaram até o momento nenhuma alternativa", revela a professora Maria Angélica Roma Agostini, assistente de direção do Centro Educacional nº 2. Na Regional, o entendimento é de que o transporte existe para atender a todos. "Não pode haver discriminação", diz o diretor regional de Ensino do Guará, Jander Alves Teixeira.

Na prática, isso não acontece. E se depender das oito estudantes, os olhares reprovadores de

fiscais e diretoras não vão impedir que os seus sonhos se concretizem. Elas vão continuar driblando as dificuldades.

Quando não conseguem embarcar no ônibus, lançam mão de opções um tanto perigosas. Não é raro seguirem a pé (faça sol ou faça chuva) pela DF-087, via que liga a Estrutural à Estrada Parque Taguatinga (EPTAG). O percurso, de pouco mais de oito quilômetros, é feito em duas horas. Naquela mesma via, também pedem carona. Essas alternativas, porém, colocam em risco a integridade física delas. "Fa-

zer o quê?" Todas sabem do perigo, mas continuam arriscando.

Legalmente, o Estado está obrigado a garantir o ensino à população. As leis brasileiras, porém, definem recursos públicos educacionais que garantem o acesso e a permanência na escola apenas dos estudantes do ensino fundamental. No caso do ensino médio, a Constituição prevê, em seu artigo 208, a progressiva universalização, mas só se houver recursos.

E não há, segundo a Fundação Educacional. "Não dispomos de recursos para dar o mesmo tratamento ao ensino médio", diz Maristela de Melo Neves, diretora executiva da FEDE. Enquanto os recursos não chegam — sabe-se lá se chegarão —, a FEDE, respaldada na lei, cruza os braços.

Alternativas existem. Pelos menos esse é o entendimento dentro do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do DF (DMTU). "A partir de uma solicitação, seja da comunidade ou da própria Fundação, podemos encomendar estudo aos técnicos", diz Edmilson Boa Morte, ouvidor e gerente de Relações Comunitárias. Até o fechamento desta edição, porém, o departamento não havia registrado qualquer pedido nesse sentido.

Uma solução seria a implantação de linha de transporte público, paga, entre a Estrutural e o Guará nos horários de entrada e saída da escola. "Não estamos reivindicando ônibus de graça", dizem, indignadas, as oito estudantes. "Reinvindicamos apenas o direito de frequentar as aulas todos os dias."